



312
✓

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

Terceira Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento nº 273391-3

Embargante: Antônia Kaline de Souza e Outros

Advogado: José Foerster Júnior PE7368

Embargado: Estado de Pernambuco

Procurado: Lia Sampaio da Silva

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. EFEITOS RECEBIMENTO APELAÇÃO. SENTENÇA QUE ENSEJA EFEITOS IRREVERSÍVEIS OU DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. CONTRARIEDADE A ENTENDIMENTO MAJORITÁRIO DESTA CORTE DE JUSTIÇA. CONCURSO PÚBLICO. PROCESSO SELETIVO INTERNO PARA O CARGO DE SARGENTO DA PMPE - CFS/2010. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE QUALQUER VÍCIO QUE AUTORIZA A REFORMA DO JULGADO. RETIFICAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DO EDITAL DO CERTAME. NÃO CONFIGURADA. INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS EDITALÍCIAS. APLICAÇÃO ISONÔMICA. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. AUSÊNCIA DE QUAISQUER VÍCIOS (OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO E ERRO MATERIAL) SOBRE O JULGADO EMBARGADO. PARECER TÉCNICO-JURÍDICO DA PGE/PE. CARÁTER MERAMENTE OPINATIVO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS À UNANIMIDADE DE VOTOS.

1 - Da literalidade do acórdão vergastado, aqui incluídos os votos que lhe serviram de embasamento, pode-se inferir que esta Câmara, quando do julgamento do Agravo de Instrumento, discutiu, detidamente, toda a matéria deduzida nos autos. De proêmio, fez-se uma síntese dos fatos, explicitando-se o objeto da lide. Leia-se: "(...) versa a presente lide acerca dos efeitos em que foi recebido recurso de apelação interposto em face de sentença que concedeu a segurança e, confirmando implicitamente liminar anteriormente deferida, determinou que o Estado de Pernambuco superasse, em favor dos impetrantes/agravados, o ponto de corte na prova intelectual da seleção interna da PMPE, autorizando, em consequência, as suas participações nas etapas subsequentes do concurso, acaso classificados dentro do número de vagas reservadas e preenchidos os demais requisitos. Da análise do contexto probatório constata-se, ademais, que, deferida a liminar (fl. 108), pela qual o Magistrado 'a quo' garantiu aos impetrantes 'o direito de seu exame ser calculado na forma de exigir 40% em cada prova (Parte Geral e Parte Específica) e uma média aritmética global igual ou superior a 5,00 (cinco), e caso sejam habilitados, seja viabilizada a sua participação no curso de formação de Sargento', contra ela foi interposto o Agravo de Instrumento nº 218969-3, distribuído à Relatoria do nobre Des. José Ivo de Paula Guimarães e julgado pela 8ª CC/TJPE, atual 2ª Câmara de Direito Público, que lhe deu provimento, através de acórdão transitado em julgado em 06 de maio de 2011, conforme pude constatar em recente consulta ao sistema 'judwin'". (fl. 244);

2 - Procedeu-se, então, a uma análise acerca do tratamento legal, doutrinário e jurisprudencial conferido à matéria relativa aos efeitos do recebimento dos recursos, asseverando-se que os recursos de apelação devem ser recebidos no efeito devolutivo e suspensivo quando as sentenças se mostrem ensejadoras de dano irreparável ou difícil reparação: "Cumprе notar que o recebimento da apelação em tela no efeito meramente devolutivo teve por implícito suporte legal o inciso VII do artigo 520 do Código de Processo Civil, o qual dispõe, in verbis: "Art. 520. A apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo. Será, no entanto, recebida só no efeito devolutivo, quando interposta de sentença que: (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 10.10.1973) I - omissis; II - omissis; III - (Revogado pela Lei nº 11.232, de 2005) IV - omissis; V - omissis; VI - omissis; VII - confirmar a antecipação dos efeitos da tutela; (Incluído pela Lei nº 10.352, de 26.12.2001)." Não obstante a literalidade do dispositivo legal supratranscrito, que é bastante explícito ao versar sobre as hipóteses em que o recurso de apelação deve ser recebido no efeito meramente devolutivo, cumpre notar que se excepcionam aqueles casos nas quais se verifica que a sentença foi exarada em flagrante ilegalidade ou abuso, ensejadoras de danos irreparáveis ou de difícil reparação, bem como naquelas em que, a teor dos artigos 5º e 7º da Lei nº 4.348/64, consistam em outorga ou adição de vencimento ou ainda reclassificação funcional." (fls. 244/245) (grifei);



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

3 - Em sucessivo, fez-se a subsunção dos fatos às normas, concluindo este Órgão Fracionário pela necessidade de atribuição de efeito suspensivo ao apelo interposto contra a sentença de 1º Grau, ensejadora de danos de difícil reparação no caso concreto, porquanto foi exarada em dissonância a entendimento majoritário desta Corte de Justiça no sentido da inexistência da prática de ilegalidades pela Administração na correção das provas aplicadas aos candidatos inscritos no processo seletivo interno para acesso ao cargo de Sargento da PMPE em 2010, ante a constatação de que, in casu, houve nada mais que o uso, pelo Poder Público, da prerrogativa da eleição dos critérios de seleção para ingresso no serviço público, razão pela qual inadmissível seria a incidência do controle do Judiciário para fins de imposição de reforma daqueles critérios, sob pena de invasão no mérito administrativo;

4 - Entender no sentido contrário implicaria admitir que os ora embargantes prosseguissem no certame e fossem matriculados no Curso de Formação, malgrado não aprovados na prova intelectual do concurso em tela, ensejando danos irreparáveis ou de difícil reparação. É o que se infere dos excertos infratranscritos: "In casu, a sentença em apreço foi proferida em dissonância ao entendimento jurisprudencial já consolidado nesta Corte de Justiça. Vejamos. compulsando os autos, verifica-se que os ora agravantes submeteram-se à seleção interna instaurada pela Secretaria de Defesa Social para ingresso no Curso de Formação de Sargentos da PMPE, vindo a ser eliminados por não terem atingido o percentual mínimo de acertos em algumas das disciplinas componentes da prova objetiva a que se submeteram. Conforme se infere do conjunto probatório, os impetrantes, ora agravantes, submeteram-se ao Concurso de processo seletivo interno para acesso ao cargo de Sargento da PMPE, tendo sido eliminados do certame por não obterem 40% (quarenta por cento) em cada uma das disciplinas constantes do quadro de provas, item 3.1.8, do edital de abertura do concurso em tela, no que tange ao exame intelectual. Percebe-se, portanto, que a grande insurgência das partes diz respeito à interpretação das normas editalícias, mais precisamente quanto ao critério eleito no que tange ao índice mínimo de pontuação necessário à classificação. (...) Enquanto o Estado ora agravado entendeu que o ponto de corte decorreria da obtenção de 40% de cada disciplina (cada matéria) da parte geral e parte específica e não do total do "grupo de provas", os impetrantes/agravantes preconizavam que se interpretasse o ponto de corte como sendo de 40% do grupo de provas, considerando o total da parte geral, assim como o total da parte específica. Pois bem, do princípio fundamental da hermenêutica, segundo o qual, onde a norma não restringe, não cabe ao intérprete fazê-lo, devemos atinar que os critérios de avaliação são estabelecidos pela própria Administração, em juízo de mérito administrativo, sobre o qual é comezinho que não cabe represália por parte do Poder Judiciário, a menos para fazer controle de legalidade, o que não é o caso. A interpretação dada pela Administração, além de razoável, foi linearmente aplicada, de forma generalizada, a todos os candidatos, mostrando-se irretorquível a conduta da banca, afrontada pela decisão atacada, violando o princípio da tripartição de poderes. Quanto à suposta ilegalidade do Ofício nº 127/2010, intitulado como "nota de esclarecimento", não vislumbro sua ocorrência, porquanto objetivou o Gestor de Capacitação tão somente aclarar os comandos do edital, a fim de dirimir eventual dúvida quanto a forma de correção das provas, que, frise-se, sequer haviam sido corrigidas, não alterando, em absoluto, a sua essência. Por lado, mostra-se plausível o argumento expendido pelo Estado de Pernambuco (conforme cópia da ação originária anexada aos autos) segundo o qual se afiguraria ilógico e contrário à busca da excelência no serviço público permitir aos demandantes "zerarem" em algumas disciplinas (provas) e pontuar o máximo permitido em outras, a fim de "compensar" a pontuação. As Câmaras de Direito Público dessa Corte são pacíficas em firmar o entendimento ora esposado, o que se pode constatar pelos provimentos exarados no bojo dos autos da AP 233.962-0, AI 231.539-3, AP 235.472-9, AI 235.347-1, AI 221.900-9, AI 218.087-6, AI 231.895-6, AI 225.753-6 e AI 217.148-0. Ora, tendo o Magistrado a quo prolatado a sentença em contrariedade ao entendimento esposado, ensejando, assim, danos de difícil reparação ao Estado de Pernambuco, consoante bem destacado nas razões recursais daquele seu agravo instrumentalizado, impõe-se o recebimento do recurso de apelação nos efeitos devolutivo e suspensivo. Nesse sentido, mutatis mutandis, já se pronunciou o Colendo STJ: "ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR. APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. EFEITO SUSPENSIVO. REQUISITOS. ÓBICE SUMULAR



313
6V

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

N.7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. (...) 4. Segundo a jurisprudência assentada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, a apelação em mandado de segurança possui efeito devolutivo, sendo concedido, apenas excepcionalmente, eventual efeito suspensivo, na hipótese de risco de dano irreparável ou de difícil reparação, o que o acórdão recorrido afirma não ser o caso dos autos. 5. Agravo regimental não provido." (AgRg na MC 18386/RS, 1ª Turma STJ, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima, julgado em 06/12/11). Por derradeiro, registre-se o recente julgamento do AR nº 261319-0/01 perante a 1ª CDP/TJPE, cuja controvérsia detém similaridade ao caso presente, consoante se infere da leitura do seu acórdão: EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. SENTENÇA. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELAÇÃO. RECEBIMENTO NO EFEITO MERAMENTE DEVOLUTIVO. CONFIRMAÇÃO DE ANTERIOR ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. INCISO VII, DO ARTIGO 520 DO CPC. POLÍCIA MILITAR. SELEÇÃO INTERNA. CRITÉRIO DE CORREÇÃO DAS PROVAS. INTERPRETAÇÃO DO EDITAL. PERCENTUAL DE ACERTOS NAS DISCIPLINAS QUE INTEGRAM AS PROVAS QUE COMPÕEM A PARTE GERAL E ESPECIAL. RAZOABILIDADE. BUSCA DA EXCELÊNCIA NA COMPOSIÇÃO DOS QUADROS DE PESSOAL DA POLÍCIA. CONTRARIEDADE AO ENTENDIMENTO JÁ CONSOLIDADO NESTE TRIBUNAL. DANOS DE DIFÍCIL REPARAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO. RECEBIMENTO DO APELO NO DUPLO EFEITO. REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO." (fls. 245/247);

5 - O acórdão embargado foi explícito em rechaçar as alegações de ofensa, por parte da Comissão do concurso em tela, aos princípios da isonomia e razoabilidade, dada a verificação da aplicação, à generalidade dos candidatos, da regra de ponto de corte objeto de insurgência, bem assim diante da constatação da necessidade de busca da excelência na prestação do serviço público;

6 - No mais, pretendem os embargantes rediscussão acerca da matéria amplamente discutida nos autos do agravo regimental em apenso, sob o manto de que haveria omissão, contradição, obscuridade e erro material no citado decurso. O simples fato de a lide ser decidida sem que fossem acolhidos os argumentos alegados pelos embargantes não configura, em absoluto, qualquer forma de vício do julgado. Nesse ponto, é de se ter em consideração, ainda, que se afigura até difícil de se conceber no "imaginário jurídico" que um julgado possa, ao mesmo tempo, ser omissivo, contraditório, obscuro e, ainda, conter erro material;

7 - Por derradeiro, cumpre-me ressaltar, apenas a título de cautela, que, no que tange ao Parecer Técnico-Jurídico da PGE/PE do qual tentam se valer os embargantes para obterem êxito em sua pretensão, o Estado de Pernambuco, instado a se manifestar em casos análogos ao presente acerca de suposta transação que estaria em curso entre a Procuradoria Geral do Estado e os candidatos, com vistas ao alcance de uma solução pacificadora dos interesses ora em litígio, informou que NÃO EXISTE qualquer tipo de acordo ou transação judicial ou extrajudicial que favoreça os candidatos que, por força de liminar, prosseguiram no certame e concluíram o Curso de Formação, dada a ausência de aval da Secretaria de Defesa Social e do Comitê de Programação Financeira, mas mero parecer OPINATIVO, sem caráter vinculante.

8 - Embargos Declaratórios rejeitados à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

04

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos **Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento nº 273391-3**, da Comarca de Recife, em que figuram, como embargante, **Antônia Kaline de Souza e Outros**, e como embargado, o **Estado de Pernambuco**, Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes, nesta sessão de julgamento, da Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em **rejeitar** os presentes aclaratórios, nos moldes desenvolvidos no voto em anexo, o qual, devidamente revisto e rubricado, passa a integrar este julgado.

Recife, 03 de Outubro de 2013.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Relator



314
/

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

Terceira Câmara de Direito Público
Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento nº 273391-3
Embargante: Antônia Kaline de Souza e Outros
Advogado : José Foerster Júnior PE7368
Embargado: Estado de Pernambuco
Procurado : Lia Sampaio da Silva
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

RELATÓRIO

04

Trata-se de **Embargos de Declaração** opostos por **Antônia Kaline de Souza e Outros**, para remediar pretensa omissão, obscuridade, contradição e erro material, de acórdão proferido em sede de Agravo Instrumento.

Por ocasião do julgamento do citado Agravo de Instrumento, esta Câmara concedeu-lhe provimento, a fim de receber o recurso de apelação cível manuseado pelo Estado de Pernambuco nos autos da ação originária em seu duplo efeito, face à divergência daquele *decisum* perante a orientação jurisprudencial consolidada deste Egrégio TJPE sobre a matéria e que, bem por isso, ensejava danos de difícil reparação ao ente político estadual.

Nestes aclaratórios, alega a parte embargante, após se valer da repetição dos fundamentos fáticos e jurídicos constantes naqueles seus antecessores ED nº 2373391-3/02 e AR nº 237391-3/01 oriundos da decisão interlocutória dantes prolatada nesta causa, agora acrescidos do parecer técnico-jurídico da PGE/PE supostamente favorável a um acordo judicial nos litígios envoltos à controvérsia relativa ao processo seletivo interno promovido pela PMPE no ano de 2010 para promoção à patente de 3º Sargento daquela Corporação, a presença concomitante dos vícios de omissão, obscuridade, contradição e erro material dos quais padeceriam o acórdão embargado *"no ponto em que entendeu como ter sido o Embargante eliminado por força do Ofício nº 127/2010 na forma da interpretação da autoridade apontada como coatora"* (fl. 295).

Com tais razões, pugnaram os embargantes pelo conhecimento e provimento destes aclaratórios para que fossem supridos os vícios apontados, inclusive com a atribuição de efeitos infringentes ao presente recurso, a fim de que lhes seja reconhecido o direito a serem submetidos às demais fases do processo seletivo, e, ato contínuo, à matrícula no Curso de Formação de Sargentos da PMPE - CFS/2010, nos exatos termos da Portaria nº 033/2010, *"pois, caso não seja este o entendimento, inevitavelmente não há como não restar reconhecido que lhes seja causado dano irreparável ou de difícil reparação"* (fl. 297).

É o relatório.

VOTO

04

O acórdão embargado está acostado às fls. 242/243 dos autos do Agravo de Instrumento.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

Da literalidade do acórdão vergastado, aqui incluídos os votos que lhe serviram de embasamento, pode-se inferir que esta Câmara, quando do julgamento do Agravo de Instrumento, discutiu, detidamente, toda a matéria deduzida nos autos.

De proêmio, fez-se uma síntese dos fatos, explicitando-se o objeto da lide. Leia-se:

"(...) versa a presente lide acerca dos efeitos em que foi recebido recurso de apelação interposto em face de sentença que concedeu a segurança e, confirmando implicitamente liminar anteriormente deferida, determinou que o Estado de Pernambuco superasse, em favor dos impetrantes/agravados, o ponto de corte na prova intelectual da seleção interna da PMPE, autorizando, em consequência, as suas participações nas etapas subsequentes do concurso, acaso classificados dentro do número de vagas reservadas e preenchidos os demais requisitos.

Da análise do contexto probatório constata-se, ademais, que, deferida a liminar (fl. 108), pela qual o Magistrado 'a quo' garantiu aos impetrantes 'o direito de seu exame ser calculado na forma de exigir 40% em cada prova (Parte Geral e Parte Específica) e uma média aritmética global igual ou superior a 5,00 (cinco), e caso sejam habilitados, seja viabilizada a sua participação no curso de formação de Sargento', contra ela foi interposto o Agravo de Instrumento nº 218969-3, distribuído à Relatoria do nobre Des. José Ivo de Paula Guimarães e julgado pela 8ª CC/TJPE, atual 2ª Câmara de Direito Público, que lhe deu provimento, através de acórdão transitado em julgado em 06 de maio de 2011, conforme pode constatar em recente consulta ao sistema 'judwin'". (fl. 244)

Procedeu-se, então, a uma análise acerca do tratamento legal, doutrinário e jurisprudencial conferido à matéria relativa aos efeitos do recebimento dos recursos, asseverando-se que os recursos de apelação devem ser recebidos no efeito devolutivo e suspensivo quando as sentenças se mostrem ensejadoras de dano irreparável ou difícil reparação:

"Cumpre notar que o recebimento da apelação em tela no efeito meramente devolutivo teve por implícito suporte legal o inciso VII do artigo 520 do Código de Processo Civil, o qual dispõe, in verbis:

"Art. 520. A apelação será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo. Será, no entanto, recebida só no efeito devolutivo, quando interposta de sentença que: (Redação dada pela Lei nº 5.925, de 10.10.1973)

I - omissis;

II - omissis;

III - (Revogado pela Lei nº 11.232, de 2005)

IV - omissis;

V - omissis;

VI - omissis;

VII - confirmar a antecipação dos efeitos da tutela; (Incluído pela Lei nº 10.352, de 26.12.2001)."



313
H

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

*Não obstante a literalidade do dispositivo legal supratranscrito, que é bastante explícito ao versar sobre as hipóteses em que o recurso de apelação deve ser recebido no efeito meramente devolutivo, **cumpre notar que se excepcionam aqueles casos nas quais se verifica que a sentença foi exarada em flagrante ilegalidade ou abuso, ensejadoras de danos irreparáveis ou de difícil reparação**, bem como naquelas em que, a teor dos artigos 5º e 7º da Lei nº 4.348/64, consistam em outorga ou adição de vencimento ou ainda reclassificação funcional.” (fls. 244/245) (grifei)*

Em sucessivo, fez-se a subsunção dos fatos às normas, concluindo este Órgão Fracionário pela necessidade de atribuição de efeito suspensivo ao apelo interposto contra a sentença de 1º Grau, ensejadora de danos de difícil reparação no caso concreto, porquanto foi exarada em dissonância a entendimento majoritário desta Corte de Justiça no sentido da inexistência da prática de ilegalidades pela Administração na correção das provas aplicadas aos candidatos inscritos no processo seletivo interno para acesso ao cargo de Sargento da PMPE em 2010, ante a constatação de que, *in casu*, houve nada mais que o uso, pelo Poder Público, da prerrogativa da eleição dos critérios de seleção para ingresso no serviço público, razão pela qual inadmissível seria a incidência do controle do Judiciário para fins de imposição de reforma daqueles critérios, sob pena de invasão no mérito administrativo.

De fato, entender no sentido contrário implicaria admitir que os ora embargantes prosseguissem no certame e fossem matriculados no Curso de Formação, malgrado não aprovados na prova intelectual do concurso em tela, ensejando danos irreparáveis ou de difícil reparação.

É o que se infere dos excertos infratranscritos:

“In casu, a sentença em apreço foi proferida em dissonância ao entendimento jurisprudencial já consolidado nesta Corte de Justiça. Vejamos.

Compulsando os autos, verifica-se que os ora agravantes submeteram-se à seleção interna instaurada pela Secretaria de Defesa Social para ingresso no Curso de Formação de Sargentos da PMPE, vindo a ser eliminados por não terem atingido o percentual mínimo de acertos em algumas das disciplinas componentes da prova objetiva a que se submeteram.

Conforme se infere do conjunto probatório, os impetrantes, ora agravantes, submeteram-se ao Concurso de processo seletivo interno para acesso ao cargo de Sargento da PMPE, tendo sido eliminados do certame por não obterem 40% (quarenta por cento) em cada uma das disciplinas constantes do quadro de provas, item 3.1.8, do edital de abertura do concurso em tela, no que tange ao exame intelectual.

Percebe-se, portanto, que a grande insurgência das partes diz respeito à interpretação das normas editalícias, mais precisamente quanto ao critério eleito no que tange ao índice mínimo de pontuação necessário à classificação.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

Neste sentido, mister transcrevermos os itens 3.1.6 e 3.1.8 do edital do processo seletivo, in verbis:

"3.1.6 – O candidato para ser aprovado terá que obter grau igual ou superior a 40% (quarenta por cento) em cada prova e uma média aritmética global igual ou superior a 5 (cinco) pontos."

"3.18 QUADRO DE PROVAS

DISCIPLINAS	Nº DE QUESTÕES
PARTE GERAL	
Língua Portuguesa	20
Direito constitucional	10
Direito Administrativo	05
Direito Penal Militar	05
Direito Processual Penal Militar	05
Direito da Criança e do Adolescente	05
Legislação dos militares de Pernambuco	20
PARTE ESPECÍFICA PM	
Uso Progressivo da Força	10
Direitos Humanos	10
Polícia Comunitária	10
PARTE ESPECÍFICA BM	
Combate a Incêndio	10
Emergência Pré-hospitalar	10
Salvamento	10
TOTAL	100."

Enquanto o Estado ora agravado entendeu que o ponto de corte decorreria da obtenção de 40% de cada disciplina (cada matéria) da parte geral e parte específica e não do total do "grupo de provas", os impetrantes/agravantes preconizavam que se interpretasse o ponto de corte como sendo de 40% do grupo de provas, considerando o total da parte geral, assim como o total da parte específica.

Pois bem, do princípio fundamental da hermenêutica, segundo o qual, onde a norma não restringe, não cabe ao intérprete fazê-lo, devemos atinar que os critérios de avaliação são estabelecidos pela própria Administração, em juízo de mérito administrativo, sobre o qual é mezinho que não cabe represália por parte do Poder Judiciário, a menos para fazer controle de legalidade, o que não é o caso.

A interpretação dada pela Administração, além de razoável, foi linearmente aplicada, de forma generalizada, a todos os candidatos, mostrando-se irretorquível a conduta da banca, afrontada pela decisão atacada, violando o princípio da tripartição de poderes.

Quanto à suposta ilegalidade do Ofício nº 127/2010, intitulado como "nota de esclarecimento", não vislumbro sua ocorrência, porquanto objetivou o



316
of

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

Gestor de Capacitação tão somente aclarar os comandos do edital, a fim de dirimir eventual dúvida quanto a forma de correção das provas, que, frise-se, sequer haviam sido corrigidas, não alterando, em absoluto, a sua essência.

Por lado, mostra-se plausível o argumento expendido pelo Estado de Pernambuco (conforme cópia da ação originária anexada aos autos) segundo o qual se afiguraria ilógico e contrário à busca da excelência no serviço público permitir aos demandantes "zerarem" em algumas disciplinas (provas) e pontuar o máximo permitido em outras, a fim de "compensar" a pontuação.

As Câmaras de Direito Público dessa Corte são pacíficas em firmar o entendimento ora esposado, o que se pode constatar pelos provimentos exarados no bojo dos autos da AP 233.962-0, AI 231.539-3, AP 235.472-9, AI 235.347-1, AI 221.900-9, AI 218.087-6, AI 231.895-6, AI 225.753-6 e AI 217.148-0.

Ora, tendo o Magistrado a quo prolatado a sentença em contrariedade ao entendimento esposado, ensejando, assim, danos de difícil reparação ao Estado de Pernambuco, consoante bem destacado nas razões recursais daquele seu agravo instrumentalizado, impõe-se o recebimento do recurso de apelação nos efeitos devolutivo e suspensivo.

Nesse sentido, *mutatis mutandis*, já se pronunciou o Colendo STJ:

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR. APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. EFEITO SUSPENSIVO. REQUISITOS. ÓBICE SUMULAR N.7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. (...) 4. Segundo a jurisprudência assentada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, **a apelação em mandado de segurança possui efeito devolutivo, sendo concedido, apenas excepcionalmente, eventual efeito suspensivo, na hipótese de risco de dano irreparável ou de difícil reparação**, o que o acórdão recorrido afirma não ser o caso dos autos. 5. Agravo regimental não provido." (AgRg na MC 18386/RS, 1ª Turma STJ, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima, julgado em 06/12/11)

Por derradeiro, registre-se o recente julgamento do AR nº 261319-0/01 perante a 1ª CDP/TJPE, cuja controvérsia detém similaridade ao caso presente, consoante se infere da leitura do seu acórdão:

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL E PROCESSO CIVIL. SENTENÇA. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELAÇÃO. RECEBIMENTO NO EFEITO MERAMENTE DEVOLUTIVO. CONFIRMAÇÃO DE ANTERIOR ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. INCISO VII, DO ARTIGO 520 DO CPC. POLÍCIA MILITAR. SELEÇÃO INTERNA. CRITÉRIO DE CORREÇÃO DAS PROVAS. INTERPRETAÇÃO DO EDITAL. PERCENTUAL DE ACERTOS NAS DISCIPLINAS QUE INTEGRAM AS PROVAS QUE COMPÕEM A PARTE GERAL E ESPECIAL. RAZOABILIDADE. BUSCA DA EXCELÊNCIA NA COMPOSIÇÃO DOS QUADROS DE PESSOAL DA POLÍCIA. CONTRARIEDADE AO ENTENDIMENTO JÁ CONSOLIDADO NESTE TRIBUNAL. DANOS DE DIFÍCIL REPARAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO. RECEBIMENTO DO APELO NO DUPLO EFEITO. REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO." (fls. 245/247)



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

Frise-se que o acórdão embargado foi explícito em rechaçar as alegações de ofensa, por parte da Comissão do concurso em tela, aos princípios da isonomia e razoabilidade, dada a verificação da aplicação, à generalidade dos candidatos, da regra de ponto de corte objeto de insurgência, bem assim diante da constatação da necessidade de busca da excelência na prestação do serviço público.

No mais, pretendem os embargantes rediscussão acerca da matéria amplamente discutida nos autos do agravo regimental em apenso, sob o manto de que haveria omissão, contradição, obscuridade e erro material no citado *decisum*.

O simples fato de a lide ser decidida sem que fossem acolhidos os argumentos alegados pelos embargantes não configura, em absoluto, qualquer forma de vício do julgado.

Nesse ponto, é de se ter em consideração, ainda, que se afigura até difícil de se conceber no "imaginário jurídico" que um julgado possa, ao mesmo tempo, ser omisso, contraditório, obscuro e, ainda, conter erro material.

Afinal, como pode existir contradição ou obscuridade, se não houve apreciação da matéria? Da mesma sorte, como se falar em omissão, se a matéria houve apreciada de forma obscura ou mesmo contraditória? No mesmo trilhar, se o julgado está "nítido" em sua contradição, como se aduzir a presença de obscuridade? Por fim - mas não menos intrigante (!) -, como conceber a existência de um mero erro material no julgado quando, *a contrario sensu*, a decisão embargada estaria, em seu âmago, viciada de todas as formas possíveis?

De tudo, resta claro que o presente recurso nada mais é do que, senão, fruto da manifesta irresignação dos embargantes com o resultado obtido nesta sua causa, o que, como visto acima, refoge aos estreitos limites destes embargos declaratórios.

Por derradeiro, cumpre-me ressaltar, apenas a título de cautela, que, no que tange ao Parecer Técnico-Jurídico da PGE/PE do qual tentam se valer os embargantes para obterem êxito em sua pretensão, o Estado de Pernambuco, instado a se manifestar em casos análogos ao presente acerca de suposta transação que estaria em curso entre a Procuradoria Geral do Estado e os candidatos, com vistas ao alcance de uma solução pacificadora dos interesses ora em litígio, informou que **NÃO EXISTE** qualquer tipo de acordo ou transação judicial ou extrajudicial que favoreça os candidatos que, por força de liminar, prosseguiram no certame e concluíram o Curso de Formação, dada a ausência de aval da Secretaria de Defesa Social e do Comitê de Programação Financeira, mas mero parecer OPINATIVO, sem caráter vinculante.

Ante o exposto, voto pela **REJEIÇÃO** dos presentes embargos.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo
Relator